

SUMÁRIO

Nota da autora	xv
Prefácio	xvii
Apresentação	xxvii
Capítulo 1 – Considerações iniciais	1
A reforma do processo penal brasileiro e os desafios de uma interpretação constitucionalmente adequada...	1
1. A Reforma Processual	1
2. Os Resquícios Inquisitoriais do Processo Penal Brasileiro e a Constituição de 1988	3
3. A Base Reformista na Instrumentalidade do Processo	7

4. O Processo Penal no Estado Democrático de Direito	11
4.1 Teoria do Processo no Estado Democrático de Direito	11
4.2 O Modelo Constitucional do Processo e o Processo Penal	14
4.3 Por uma Interpretação Constitucionalmente Adequada do Processo Penal e os Princípios Constitucionais do Modelo Constitucional do Processo	17
Capítulo 2 – Provas no processo penal – Lei n. 11.690/08 e Lei n. 11.900/09	25
Art. 155 – O sistema de apreciação da prova e os princípios constitucionais do processo – Lei n. 11.690/08.....	25
Art. 156 – O ônus da prova, a produção de provas pelo juiz no processo e sua antecipação – Lei n. 11.690/08.....	30
Art. 157 – Provas obtidas por meio ilícito – Lei n. 11.690/08.....	38
Art. 159 – A Prova pericial e o assistente técnico – Lei n. 11.690/08.....	45
Art. 185 – O interrogatório do acusado – Lei n. 11.900/09	50
Art. 201 – O depoimento da vítima e os atos de informação – Lei n. 11.690/08	61
Art. 210 – A garantia da incomunicabilidade das testemunhas – Lei n. 11.690/08	64
Art. 212 – As perguntas às testemunhas formuladas diretamente pelas partes – Lei n. 11.690/08.....	65

Art. 217 – A presença do acusado no ato de produção da prova testemunhal – Lei n. 11.690/08....	67
Art. 222 – A substituição da oitiva de testemunha por carta precatória pela sua oitiva por videoconferência – Lei n. 11.900/09	69
Capítulo 3 – As partes no processo penal	
– Lei n. 11.719/08	75
Art. 63 – A vítima e a execução da sentença penal condenatória	75
Art. 257 – O papel do Ministério Público	79
Art. 265 – A atuação do Defensor	82
Capítulo 4 – Atos de comunicação no processo	
– Lei n. 11.719/08	85
Art. 362 – Citação do réu que se oculta	85
Art. 363 – Citação e início do processo	91
Análise do Veto Presidencial aos arts. 363, §§ 2º e 3º, e 366	92
Art. 366 – A manutenção da suspensão do processo para acusado citado por edital que não comparece e não nomeia defensor	95
Capítulo 5 – A sentença Penal	
– Leis n. 11.719/08 e n. 11.690/08	97
Art. 383 – <i>Emendatio libelli</i> – Lei n. 11.719/08	97
Art. 384 – <i>Mutatio libelli</i> – Lei n. 11.719/08	101
Art. 386 – A Sentença Absolutória – Lei n. 11.690/08 ...	111
Art. 387 – A Sentença Penal Condenatória – Lei n. 11.719/08	115

Capítulo 6 – Procedimento Comum: ordinário, sumário e sumaríssimo – Lei n. 11.719/08	127
Art. 394 – Dos procedimentos	127
6.1 Disposições Comuns – Âmbito de Aplicação	132
Art. 395 – Rejeição da denúncia ou queixa	132
Art. 396 – Determinação da citação e a resposta do acusado	138
Art. 396-A – A resposta do acusado	145
Art. 397 – A absolvição sumária	149
6.2 Procedimento Comum	153
Art. 399 – Recebimento da denúncia e interrogatório.	153
Art. 400 – Audiência de instrução e julgamento	159
Art. 401 – Oitiva de testemunhas	165
Art. 402 – Requerimento de novas diligências	167
Art. 403 – As Alegações Finais Orais e Memoriais	168
Art. 404 – A realização das diligências e prazo para alegações finais escritas	172
Art. 405 – Registro da audiência por meios magnético ou audiovisual	174
6.3 Procedimento Sumário	176
Art. 531 – Audiência de instrução e julgamento	176
Art. 532 – Oitiva de testemunhas	179
Art. 533 – A aplicação dos parágrafos do art. 400 ao procedimento sumário	181
Art. 534 – As alegações finais orais e a prolação da sentença	182

Art. 535 – Adiamento de atos processuais e condução coercitiva	184
Art. 536 – Oitiva de testemunhas a qualquer momento da audiência	186
Art. 538 – Aplicação do procedimento sumário quando não for possível a adoção do procedimento sumaríssimo para os crimes de menor potencial ofensivo ..	188
6.4 O Procedimento Comum e o direito intertemporal ..	189
6.5 Organograma	193
Capítulo 7 – Síntese final	195
Referências Bibliográficas	199